

TURBOCAPITALISMO: A IMOBILIZAÇÃO DA VONTADE PELO IMPERIALISMO DO MERCADO

Jean Eduardo Aguiar Caristina¹

Resumo: O presente trabalho tem como ponto de partida a análise do conceito de turbocapitalismo desenvolvido por Edward Luttwak, cuja origem é o capitalismo neoliberal globalizado adotado pela maior parte dos mercados mundiais desde meados da década de 1970. Este fenômeno assumiu proporções e velocidade que tornam duvidosa a capacidade de uma regulação efetiva pelos Estados. É a partir deste cenário que se pretende investigar se a sociedade de consumo exercita sua vontade livre, racional e responsável de consumir ou se o faz mais em razão de terem sido criados espaços ocidentalizados e estandardizados por uma concepção artificial de liberdade, inclusão e desenvolvimento. Identificadas estas premissas, propõe-se um questionamento sobre o imperialismo do consumo, que corresponde a uma regra binária determinante de formas de consumo correspondentes à manutenção de um estilo de vida definido pelo mercado, sem o devido respeito às vicissitudes, regionalidades e peculiaridades de cada sociedade.

Palavras-Chave: Turbocapitalismo – Livre Iniciativa – Imperialismo do Consumo

TURBOCAPITALISM: THE WILL'S DETENTION BY

¹ Doutorando em Direito Econômico na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Coordenador do Curso de Direito da Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Professor universitário e Advogado. (<http://lattes.cnpq.br/3160819810702125>)

MARKET'S IMPERIALISM

Abstract: This work has as its starting point the analysis of the concept of turbocapitalism developed by Edward Luttwak, whose origin is the globalized neoliberal capitalism adopted by most of the world markets since mid of 1970's. This phenomenon has assumed proportions and speed that make dubious capacity for an effective state regulation. It is from this background that we intend to investigate whether the consumer's societies exercising their free will, rational and responsible consumption or if it makes more westernized due to spaces being created and standardized by an artificial conception of freedom, inclusion and development. Identified these assumptions, we propose a question about imperialism consumption, which corresponds to a binary rule determining forms of consumption corresponding to maintaining a lifestyle defined by the market, without due regard to each societies setbacks, regionalities and peculiarities.

Keywords: Turbocapitalism - Free Initiative - Consumption's Imperialism

I. INTRODUÇÃO



capitalismo assumiu, especialmente no final do século XX e início do XXI, um formato diferente de sua antiga concepção.

A influência da política neoliberal perpetrada pelos Estados e o adensamento da globalização movida especialmente pelo aumento da tecnologia informacional resultaram numa potencialização da velocidade do capitalismo nas sociedades que o adotaram como modelo econômico.

Faz-se necessária a reavaliação destas transformações para se entender quais as características deste novo modelo que foi cunhado de turbocapitalismo, justamente para realçar o dinamismo com que está sendo implementado sob o manto da livre iniciativa.

O turbocapitalismo acelerou também o consumo, que é componente fundamental de qualquer microeconomia, por ser inerente à sua natureza propor um sistema produtivo dependente da demanda para se retroalimentar.

Assim, o resgate das características centrais da sociedade de consumo, erigida em meio à revolução industrial como instrumento de viabilização das mudanças implementadas pelas novas tecnologias que contribuíram para a implantação da produção em escala e a democratização do consumo, é de fundamental relevância para aferir qual o grau de interferência do turbocapitalismo no remodelamento de suas estruturas.

Com o tempo, a sociedade foi cada vez mais pressionada pelo mercado, que passou a tratá-la não mais como destinatária final dos bens de consumo, mas como instrumento para continuar sua caminhada rumo ao turbocapitalismo.

O consumidor foi reformatado pelo mercado, que, globalizando-se, tornou plano o mundo, rompendo fronteiras e se autodenominando apátrida, estabelecendo um novo ambiente artificialmente tratado como natural, fixando códigos e senhas que permitem ou não aos indivíduos viver neste lugar desconhecido.

Ao fazê-lo, impôs uma vontade racional, que já não corresponde mais aos desejos próprios do consumidor, mas se identifica com os propósitos estrategicamente definidos pelo turbocapitalista, suprimindo a vontade livre e substituindo-a pela conduta arbitrária.

Isto ocorreu em razão do medo de que, ao recusar a

força irresistível do mercado, se tornasse, o homem, destruidor do próprio homem, causador de crises e demais implicações de sua possível não contribuição para o mundo livre, próspero e sustentável que lhes foi prometido.

Daí a importância de, a partir da sociedade de consumo, compreender quais as implicações do turbocapitalismo no condicionamento dos costumes e práticas de consumo, como fundamentais elementos propagadores desta sociedade neoliberal globalizada.

II. A SOCIEDADE DE CONSUMO

Consumir sempre foi uma ação humana natural. Afinal, desde que nascemos aprendemos a fazê-lo². Consumimos o ar, a água, os bens naturais. Consumimos os produtos que nos garantem bem-estar, serviços que nos trazem conforto e comodidade. Consumimos o tempo todo, e todo o tempo.

A sociedade pós-industrial passou a consumir como exercício e não mais como necessidade. O que antes simbolizava um modo de viver (consumir para continuar existindo) se transformou em modo de vida (existir para continuar consumindo).

Esta nova sociedade, frenética, de consumo despreocupado, conforme aponta Willis Santiago Guerra Filho, é fruto da aceleração da economia como resultado das mudanças tecnológicas, que a fez perder a capacidade de coordenação de suas ações numa única direção. Esta sociedade vive “[...] na superficialidade, em um mundo que perdeu seu fundamento – com, digamos, a ‘morte de Deus’, denunciada por Nietzsche no ‘Zaratustra’, à que teria se seguido a

² Segundo Fábio Nusdeo a diferença entre os vários períodos da história “reside apenas no ritmo” de consumo de uma e de outra sociedade. (NUSDEO. *Introdução ao Direito Econômico*. p. 26)

‘morte do homem’ (Foucault) –, e essa superfície é escorregadia, não permitindo que a humanidade caminhe nela em um determinado rumo, mas sim ‘deslize’ nas mais variadas direções”³.

Na chamada revolução industrial o consumo correspondia a um mecanismo de mercado para escoamento de produção em escala. A linha de montagem e os baixos custos produção despejavam no mercado produtos a preços baixos e acessíveis à grande população de trabalhadores. Os consumidores, recém-chegados das zonas rurais, foram apresentados ao mundo novo, e este mundo precisava deles, prósperos consumidores, trabalhando em suas fábricas.

A revolução tecnológica experimentada no final do século XVIII, segundo Fábio Nusdeo, “[...] decretou o fim do artesanato e gerou o proletariado, entre tantas outras mudanças fundamentais na estrutura das sociedades, as quais acabaram se separando em sociedades industriais e não industriais [...]”⁴.

O ciclo econômico na ocasião, conforme relata Edward Luttwak, era promissor. O autor relata que em 1914 o salário de um funcionário da Ford era de cinco dólares por dia, enquanto um veículo produzido pela montadora custava trezentos e sessenta dólares. O baixo custo do produto permitia que parte de seus funcionários adquirissem o carro com apenas doze semanas de trabalho⁵.

A produção em escala exigia um consumo também massificado, o que justificava isenções e toda espécie de ajuda aos empresários, considerando que as indústrias eram literalmente o motor da economia, já que geravam empregos em quantidade jamais vista, bem como a inclusão de

³ GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Autopoiese no Direito na Sociedade Pós-Moderna*, p. 23.

⁴ NUSDEO. *Introdução ao Direito Econômico*. p. 131.

⁵ LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 111.

milhares de desempregados no mercado de trabalho.

O consumidor passou a dispor de produtos em grande quantidade e com preços acessíveis sem preocupações com o exaurimento do meio ambiente, com o aumento da inflação ou a escassez dos meios de produção. Simplesmente, produzia-se e consumia-se.

O mercado do século XIX, inspirado na doutrina liberal de Adam Smith, David Ricardo, Anne Robert Jacques Turgot e Jean-Baptiste Say, prosseguiu sua sanha desenvolvimentista, confirmando o capitalismo como o sistema de produção mais adequado à preservação das liberdades positivas e negativas e como modelo de inclusão das classes proletárias, apesar de já se notarem grandes desigualdades sociais.

No entanto, a 1ª Guerra Mundial e a crise de 1929 redefiniram as prioridades tanto do mercado quanto dos Estados. Por parte do mercado já não havia mais a necessidade de afirmação da produção em escala como o modelo mais adequado à concretização do capitalismo. O que estava em pauta, para o empresariado, era como conquistar novos espaços para impor competição.

Em contrapartida, havia desconfiança do Estado. Sua inação ao longo do século XIX permitindo a regência da economia pela mão invisível do mercado despertava o sinal de alerta sobre a possibilidade de repetição do fenômeno. O Estado passaria, então, a intervir na economia com maior vigor.

Esta interferência nas liberdades produtivas perduraria pelos próximos anos até que outro fenômeno bélico alterasse o curso da história. Ao final da 2ª Guerra Mundial milhares de dólares aportaram na Europa sob o argumento de se tratar de um programa de reconstrução. A abertura das fronteiras para o capital estrangeiro era justificável num cenário de devastação e miséria. Por outro lado, para os

investidores, a chance de aumentar a capilaridade de seus negócios. Este movimento era um ensaio do que se confirmaria como globalização.

Porém, o mundo ainda vivia sob suspeita, e assim permaneceu até meados de 1970, com os Estados controlando a economia direta e indiretamente, regulando preços e estabelecendo condições relativamente equânimes para a recuperação social, cultural e econômica.

Entretanto, estas condições, com o tempo, demonstrou sinais de desgaste, pois o mercado controlado não encontrava meios de aumentar sua produtividade. Assim, a doutrina keynesiana ortodoxa seguida por grande parte dos países desenvolvidos, embora benéfica para o restabelecimento das condições de concorrência, não era suficiente para retirar as economias da estagflação. O crescimento econômico, principalmente na Europa, embora ainda alto, já dava sinais claros de desaceleração, conforme aponta Tony Judt⁶. O aumento da desigualdade social e a alta concentração de riquezas obrigavam o Estado a ter um novo olhar para a regulação dos mercados.

Hunt e Sherman registram que em 1962 apenas cinco das maiores empresas norte-americanas eram detentoras de 12,3% de todo o ativo industrial. Em 1969, somente 1,6% da população detinha mais de 80% das ações das corporações privadas. Em 1970, cerca de 25,5 milhões de americanos viviam em situação de miséria, com renda mensal 325 dólares. Os 5% mais ricos dos Estados Unidos recebiam acima de 20% do total de renda do país⁷.

Paralelamente, reduziam-se as possibilidades de uma terceira guerra e recrudescia a indisposição política entre os Estados Unidos e a União Soviética. Vislumbrava-se, então,

⁶ JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*, p. 332.

⁷ HUNT, E. K. e SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*, p. 180/181.

um novo mercado, que devolvesse a livre iniciativa reclamada pelos empreendedores, e que tivesse uma melodia capaz de conquistar investidores e consumidores para uma empreitada rumo ao desenvolvimento, e que, conseqüentemente, permitisse aos Estados reduzir sua malha de proteção social, tão onerosa aos orçamentos.

Com isso, paulatinamente, a desregulação atingiu diversos setores da economia, sendo o bancário um dos principais. Isto porque, o crédito, em tempos de estagflação, era escasso, fruto, especialmente, do alto custo da moeda, obrigando os governos a se endividarem cada vez mais para manutenção de políticas que assegurassem estabilidade ao mercado.

Outro setor diretamente afetado pela desregulação foi o sindical, pois era necessário um afrouxamento de sua atuação sobre as relações de trabalho, transferindo o controle dos custos de mão-de-obra para o próprio mercado.

A consequência imediata deste esforço de desregulação foi o aumento da produção e, conseqüentemente, dos estoques, dado o desequilíbrio entre produção e demanda, visto que a população ainda sofria das agruras das guerras e dos sucessivos anos de intervenção estatal. E para que não fossem taxados como incompetentes na consecução da doutrina keynesiana, os Estados denominaram o novo modelo econômico de neoliberalismo, que, por um lado, afastava receios de que se repetissem problemas típicos do antigo sistema liberal, e, por outro, criava expectativas em torno de um modelo teoricamente jamais existente.

Uma das soluções para o reequilíbrio da relação produção-demanda era o estreitamento do mundo, a eliminação de fronteiras entre os países e a criação de espaços de consumo universalizados. O discurso do multiculturalismo foi rapidamente revogado, pelo menos na perspectiva econômica. Num mundo que se globalizava, a penetração

da cultura ocidental, rica, dominante, noutras culturas com menor potencial, enfraquecidas, antiquadas, era um processo natural e fundamental de escoamento da produção.

Os países se intersectaram pelo discurso da identidade. A mídia, neste aspecto, teve fundamental importância, pois foi por meio da publicidade que se vendeu à população dos países hospedeiros a falsa ideia de conexão por meio do consumo. Resolviam-se, com isso, duas situações desconfortáveis para o fluxo produtivo: a globalização do consumo impedia a formação de estoques nos países desenvolvidos e reduzia os altos níveis de desemprego e, para os países anfitriões, o consumo era a possibilidade de usufruir de uma nova cultura que os tornava globalizados, evitando-se distanciamento do próprio mundo.

O passar do tempo apenas intensificou este movimento. A globalização não foi – e nem poderia ser – refreada, os produtores cada vez mais aumentaram as vendas para os países vizinhos e o consumidor continuou a ser encantado pela descoberta do novo mundo, esquecendo, muitas vezes, até mesmo sua própria cultura, seus hábitos e sua forma de ser. Era a conquista do mundo pelas mãos do consumidor e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de cuidar dele, evitando que os fatos ocorridos no passado se repetissem.

O capitalismo foi globalizado e, com ele, uma nova sociedade se formou, não em razão do interesse de convívio universal harmônico, mas com a finalidade de salvar o planeta da possível tragédia da insustentabilidade econômica. Os indivíduos estavam, pois, condenados ao neoliberalismo, a partir da experimentação de suas próprias angústias vividas em tempos de crise e miséria e pela experiência de então se transformarem nos novos heróis da modernidade.

Neste movimento de substituição dos interesses verdadeiros, legítimos, por bens de consumo, eles, os bens, tomaram o lugar da própria felicidade, que passou a ser

algo fungível e extrínseco ao próprio indivíduo. Já não importava o quão felizes (ou infelizes) eram os indivíduos, mas no quão próspera era sua economia.

Os bens, segundo Inês Hennigen, passaram a representar “[...] senhas que possibilitam identidade, pertencimento e reconhecimento social”⁸, ou, como assevera Pierre Bourdieu, uma “realidade que tende a estabelecer [...] o sentido imediato do mundo”⁹.

Jean Baudrillard considera o consumo um sistema “[...] em que os bens e as próprias necessidades, como também os diversos indícios de cultura, transitam de um grupo modelo e de uma elite directora para as outras categorias sociais, em conformidade com o seu ritmo de ‘promoção’ relativa”¹⁰. Daí a constatação de Milton Santos de que “os objetos que nos cercam são, cada vez mais, objetos técnicos criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito”¹¹.

Há, no consumo, diversas sensações possivelmente experimentáveis. A primeira é a de libertação, por meio da qual as pessoas se sentem livres das amarras do passado e se conectam a um mundo sem guerra, sem ideologias extremistas e sem imperialismos. É o que Edward Luttwak denomina de “amor pela liberdade”¹². E há de se convir que os povos consumidores dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos e da Europa, ainda tinham bastante recentes as lembranças da guerra e suas consequências, que tornava a opção pelo consumo ainda mais simples.

⁸ HENNIGEN, Inês. *Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social*, p. 1.177.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, p. 9.

¹⁰ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*, p. 61.

¹¹ SANTOS, Milton. *1922: a redescoberta da natureza*, p. 5.

¹² LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 243.

Além da liberdade, a sensação de consumir e de fazer parte do mundo está vinculada a um sentimento de poder. Quem detém recursos experimenta, mesmo que artificial e transitoriamente, o êxtase da conquista; consumidores são como guerreiros que, após vencerem a batalha, têm autorização para pilhar bens dos derrotados. Outra possível justificativa é o poder da massa que, segundo Sigmund Freud, significa que as pessoas tendem a se unir em grupos para suplantar o arbítrio do mais forte¹³. Uma terceira hipótese são as convenções sociais, isto é, o consumo como credencial que autoriza a pessoa a conviver em grupos mais ou menos identificados com a sua forma de consumo¹⁴.

Num mundo que não sofre mais as ameaças da guerra e das ideologias socialistas, onde os bens são senhas para ingresso na sociedade dos incluídos, os consumidores já não se sentem identificados por ideologias. Para eles, pouco importa se o Estado adota uma postural tal ou qual, liberal ou neoliberal. A identidade se dá pelo que se consome ou pelo que pode ser consumido, por standards mais ou menos estabelecidos que tipificam, classificam, enquadram e estimulam todo tipo de consumidor, segundo prescreve Abraham Maslow¹⁵.

É característica desta sociedade se preocupar menos com o que se consome e mais em gerar capacidades e meios para continuar consumindo. Neste sentido, Tércio Sampaio Ferraz Junior aponta que a “[...] sociedade de consumo cria uma relação não propriamente de troca no sentido horizontal, mas em termos de um processo circular, no qual o indi-

¹³ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*, p. 54.

¹⁴ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, p. 322.

¹⁵ *apud* SHETH, Jagdish; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce. *Comportamento do Cliente: indo além do Comportamento do Consumidor*, p. 327-330.

víduo consome para aumentar a capacidade do próprio consumo”¹⁶.

Portanto, é do capitalismo globalizado e neoliberal que se forma a sociedade de consumo, um agrupamento de indivíduos, desordenados, desconectados dos verdadeiros interesses próprios e desinteressados dos comuns, porém valiosos para o mercado, o único com condições de interligá-los e permitir certa correspondência entre si.

III. TURBOCAPITALISMO

Não há dúvida de que o capitalismo venceu, e a vitória não é somente ideológica, mas também jurídica, a ponto de ser declarado no texto constitucional como fundamento da ordem econômica, como bem observou Ricardo Sayeg:

“O capitalismo está nítido em nossa Constituição Federal, que enuncia a liberdade de iniciativa como princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, no art. 1º, inciso IV, e como fundamento da ordem econômica, no *caput* do art. 170, cujo dispositivo constitucional também explicita a liberdade de atividade econômica, no parágrafo único e reconhece à propriedade privada seu princípio, no inciso II.”¹⁷

Os autores Ricardo Sayeg e Wagner Balera consideram o capitalismo a “política econômica para o mundo”¹⁸, sendo indissociável da possibilidade de ser o modelo mais apto a criar oportunidades, já que “[...] em ambiente de liberdade, as poderosas forças de mercado potencializam a positividade capitalista e tendem, assim, a propiciar bons resultados e o aumento da taxa coletiva de riqueza e pros-

¹⁶ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Poder Econômico e Gestão Orgânica*, p. 23.

¹⁷ SAYEG, Ricardo. *Capitalismo Humanista diante da crise global, na visão de 2012*, p. 34.

¹⁸ SAYEG, Ricardo Hasson e BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: filosofia humanista de Direito Econômico*, p. 23.

peridade”¹⁹.

O problema desta proposição é que todos sabiam bem disto, e transformaram o capitalismo em instrumento de poder e de gestão também dos interesses públicos, tomando dos Estados parte de sua autonomia. E não foi subtraída, como se poderia imaginar, mas estrategicamente anuída, pois sendo o capitalismo um fomentador da prosperidade, os Estados, finalmente, poderiam diminuir de tamanho, substituindo o “welfare state” por um modelo capaz de dar à sociedade condições equivalentes, quiçá ainda melhores.

Antes, segundo Zygmunt Bauman, “O significado de ‘Estado’ foi precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo de e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que, esperava-se, transformassem a contingência em determinação, a ambivalência em Eindeutigkeit [clareza], o acaso em regularidade”²⁰.

É este cenário de aparente desordem que propulsionou o turbocapitalismo, pois na ordem, tal como supostamente foram os mercados após 1930, há pouca criatividade destrutiva a impulsionar a competitividade e as boas ideias que eliminarão os produtores ultrapassados. A desordem que alimenta o capitalismo não é apenas a da desregulação – até porque, desregular não significa necessariamente desordem, mas pode ser um processo consciente de absentismo que resulta em melhores resultados em dadas situações –, mas a da própria supressão do Estado pelos interesses hedonistas do mercado.

Numa dimensão ainda maior, a desordem que alimenta o turbocapitalismo é a superação da própria soberania, já que as empresas tendem a se instalar em países, sem ter, elas mesmas, uma pátria definida, autodenominando-se em-

¹⁹ Idem, p. 163.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*, p. 68.

presas multinacionais ou transnacionais, comprometendo controles, regulações, intervenções ou qualquer outras medidas tradicionais de ação estatal.

Assim, os idealistas do turbocapitalismo, segundo Edward Luttwak

“[...] pregam e exigem é o empreendimento privado liberado da regulamentação do governo, não controlado por sindicatos ativos, não impedido pelas preocupações sentimentais com o destino dos empregados ou das comunidades, não restrito pelas barreiras alfandegárias ou restrições de investimento, e molestado o mínimo possível por impostos.”²¹

A promessa do mundo novo está na suposta “[...] economia mais dinâmica, que gerará novas riquezas [...]”²², com a assunção de que somente a destruição criativa permite um mundo mais competitivo. É, segundo Ricardo Castilho, um “darwinismo econômico”²³, uma parábola ao estilo “western” em que somente os fortes sobrevivem.

A definição de turbocapitalismo não se afasta dos conceitos tradicionais de capitalismo e de neoliberalismo. Pelo contrário. Ele é justamente capitalista e neoliberal, porém numa intensidade jamais experimentada pelas sociedades.

A expressão foi cunhada por Edward Luttwak, que define uma forma de ser bastante própria deste fenômeno:

“A novidade do turbocapitalismo é apenas questão de grau, mera aceleração no ritmo da transformação estrutural em qualquer índice determinado de crescimento econômico. [...] A máquina gira rápido, moendo padrões de comportamento estabelecidos e suas relações humanas mesmo quando a economia não está crescendo em absoluto [...].

²¹ LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 49.

²² Idem, p. 49.

²³ CASTILHO, Ricardo. *Refundação do Direito Econômico sob a égide dos Direitos Humanos: o Capitalismo Humanista*, p. 70.

A causa mais óbvia da acelerada transformação estrutural (turbocapitalismo) é a retirada mundial do Estado do território do mercado. Houve um abandono integral da propriedade estatal, do planejamento central, do controle administrativo e da maior parte do controle normativo, com todas as suas inflexibilidades igualmente inimigas da transformação estrutural, da inovação, do crescimento econômico, dos deslocamentos individuais e das rupturas sociais.”²⁴

O terreno fértil do turbocapitalismo é a globalização, já que é da sua essência a superação de toda espécie de barreiras, isto é, para que o turbocapitalismo prospere é necessário que o mundo seja planificado, que os Estados se abstenham de criar medidas protetivas e que a desordem seja vista como um processo natural de destruição, que recicla, transforma e dinamiza a nova ordem, desorganizando-a novamente, destruindo-a e assim sucessivamente.

Outra característica própria do turbocapitalismo é a não padronização dos modelos, ou seja, para que o fenômeno do capitalismo possa operar em alta velocidade é vedado pensar em barreiras culturais que o classifiquem como ocidentalista ou americanizado. O turbocapitalismo não tem pátria, não tem paixões. É o que Thomas Friedman denomina de “globalização 3.0”:

“[...] a Globalização 3.0 não difere das eras anteriores apenas em termos do quando vem encolhendo e achatando o mundo e do poder com que está munindo o indivíduo. A diferença reside também no fato de que as duas primeiras etapas foram lideradas basicamente por europeus e americanos, pessoas e empresas. Muito embora a China fosse a maior economia do mundo no século XVIII, foram os países, empresas e exploradores ocidentais que conduziram a maior parte do processo de globalização e configuração do sistema.”²⁵

²⁴ LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 61.

²⁵ FRIEDMAN, Thomas L. *O Mundo é Plano: uma breve história do século XXI*, p. 22.

Os intérpretes do turbocapitalismo, ou seja, os agentes e o mercado, deram à ideia de “destruição criativa” uma falsa conotação. Para eles, a destruição existe na medida em que é estabelecida uma concorrência tal, que simplesmente faça desaparecer do meio aqueles com menor capacidade de estabelecer competição. Os fatores tempo, recursos, preço e espaço são fundamentais para separar perdedores e ganhadores.

Joseph Schumpeter, que cunhou a expressão “destruição criativa”, concluiu ser inerente ao capitalismo a competição. É ela que estipula novos padrões de comportamento do mercado, inova, reinventa, remodela. Segundo o autor “o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista”²⁶.

Assim, a eficiência de um mercado não está centrada no preço, mas nas novas técnicas, novas mercadorias, novas fontes de suprimento, novo modelo organizacional. São estes os implementos que alavancam a economia e expandem a produção, reduzindo preços e tornando-a mais competitiva.

O turbocapitalismo é a aceleração destas mudanças idealizadas por Schumpeter. É uma potencialização das forças produtivas e consumidores jamais assistida em nenhum momento da história. É, conforme Milton Santos, a troca da competição pela competitividade, que tem por característica a guerra como norma e a ausência de compaixão²⁷.

Característica também peculiar deste modelo é sua inerente capacidade de gerar externalidades positivas e ne-

²⁶ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, p. 110.

²⁷ SANTOS, Milton. *As formas da pobreza e da dívida social*, p. 10.

gativas em grande velocidade. As negativas são as que Edward Luttwak denomina de perdedores, isto é, seres humanos que, por não conseguirem competir na mesma velocidade, acabam sendo deixados para trás pela máquina que move o mundo, ou melhor.

IV. O IMPERIALISMO DO MERCADO

O anúncio da morte de pessoas num acidente aéreo não gera mais comoção do que a notícia de problemas financeiros de determina empresa multinacional.

O mercado tende a reagir com maior sensibilidade a pesquisas de intenção de consumo ou dados sobre taxa de desemprego do que quando apresentados números relativos à fome e miséria mundial²⁸.

Este, de certa forma, é o reconhecimento de uma hierarquia comportamental que coloca o interesse econômico na mais alta posição da tribuna, e ele, com seu sotaque universal, galanteador das minorias e relativamente seguro para as lideranças econômicas, passa a ditar as regras que regerão os interesses políticos que organizam a economia. É o que observa Edward Luttwak:

“Com as reduções tanto no número de trabalhadores de chão-de-fábrica quanto no de engenheiros, tanto no de funcionários de escritório quanto no de gerentes, a Boeing demitiu cerca de 45 mil pessoas entre 1992 e 1996. Era todo esse corte de empregos que gerava tanto entusiasmo em Wall Street, onde as estimativas indicavam que os gastos diminuiriam e o faturamento com vendas aumentaria, de forma compatível com a grande dispa-

²⁸ Segundo António José Avelãs Nunes “é o cheiro do petróleo e não o sangue das vítimas inocentes dos movimentos de protesto no mundo árabe que está a perturbar os dirigentes das potências ocidentais, que sempre apoiaram – e continuam a apoiar – todas as ditaduras dos ‘reis do petróleo’ e outras ditaduras ‘amigas’ (algumas impostas aos respectivos povos pelas ‘democracias ocidentais’).” (NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização*, p. 34)

rada nas encomendas de aeronaves. Ninguém parou para pensar se a produção e, portanto, os rendimentos não poderiam ser prejudicados pela demissão em massa de trabalhadores altamente experientes.”²⁹

No mundo turbocapitalista não há razão para espanto com a informação de que os mercados se sensibilizam mais pelos números do que pelas pessoas. Os trabalhadores, perdedores do sistema, são externalidades negativas sobre as quais não se deve preocupar, sob pena de transparecer uma sensibilidade contraditória à própria cartilha do mercado: é a riqueza que move o mundo, e não a miséria.

O turbocapitalismo foi velozmente implantado num grande número de países como a grande novidade capaz de mover os povos em direção a uma tal felicidade. E o desenvolvimento foi o mote de sua campanha. Foi ele o modelo que acelerou a queda dos muros, tornando o capitalismo neoliberal globalizado uma potência que se moveu em direção aos países com políticas mais frágeis e perfil cultural mais facilmente ludibriável.

A mundialização, segundo Milton Santos, levou as sociedades a adotarem “[...] de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos”³⁰.

A aceitação do turbocapitalismo por boa parte dos países se deve, implicitamente, a um desejo de viverem cada vez mais o “american way of life”. Este jeito de ser foi propagandeado aos povos desejosos de um mercado livre e de fácil acesso aos bens de consumo, incentivados por uma certa leniência dos governos, que descobriram a facilidade de se manter um discurso relativamente coerente acerca do livre mercado em contrapartida ao constante dever de justi-

²⁹ LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 83.

³⁰ SANTOS, Milton. *1992: a redescoberta da natureza*, p. 5.

ficar o porquê de não conseguir garantir, satisfatoriamente, o bem-estar social.

Um desejo – normalmente inexplicável – de uma vida mais abastada motiva os indivíduos a obterem identidades que permitem o ingresso no novo mundo e os bens representam o veículo que mais facilmente transporta o consumidor para um modelo de vida típico. Assim, o novo “locus” do consumidor não é a prateleira, tampouco o supermercado. É o próprio mundo. Ao consumir, consumimos o universo, nos unimos em natureza a pessoas que sequer conhecemos, sentimo-nos parte de uma experiência transcendental: consumimos aqui, mas experimentamos o de lá.

Para que a experiência seja efetivamente sentida, o consumir não pode ser fruto de decisão do consumidor, pois se assim o fosse, tal decisão estaria propensa a preconceitos, vícios, regionalismos, cultura e outros elementos que segregam a natureza universal que o mercado turbocapitalista pretende instituir. Com isso, não é do consumidor a decisão do que se consome, e sim do mercado, que se utiliza de um método de alienação que simula uma condição completamente desconhecida pelo consumidor³¹. A vontade, por isso, não é mais livre. O prazer inato do consumo não é mais sentido. Consume-se por medo de não se poder mais consumir.

Outra característica típica do turbocapitalismo é a transferência ao consumidor da responsabilidade pelos insucessos do mercado. O fardo do sucesso econômico de um país já não é mais suportado pela superestrutura, tampouco pelo mercado. É o consumidor, agora, o motor do mundo. O ser humano virou réu, acusado por todos os meios de ter corrompido a estrutura e não ter tido capacidade de susten-

³¹ É importante registrar a preocupação do legislador consumerista ao exigir no artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços sejam apresentados em língua portuguesa.

tá-la para a posteridade.

O ser humano é, a um só tempo, acusado de causar o aquecimento global, mas incentivado a consumir veículos que emitem cada vez mais e mais toneladas de poluentes da atmosfera. É acusado de reduzir o bem-estar de parte da população, justamente por consumir, dela, o que minimamente lhes poderia ser útil para manutenção da vida, ao passo em que é transformado em herói do sistema por permitir que a roda da fortuna dos países denominados desenvolvidos continue a girar.

Como bem observa Milton Santos, “se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da Natureza sendo apresentada como se fosse o todo”³². É o medo que nos conduz aos espaços vazios do consumo, nos obrigando a viver num estado artificialmente construído, que tenta convencer da inexistência de regionalidades por meio de um sistema binário que programa o indivíduo a viver dentro ou fora. Há uma só região: a do mundo; ou você vive no mundo ou está fora.

É de se observar que nem mesmo as ações do governo americano para conter a crise de 2008 conseguiram impedir o avanço do turbocapitalismo. Antes que se aprofundasse ainda mais a crise o governo lançou mão de intervir, e o fez, conforme aponta Ricardo Sayeg, por meio de “ativismo econômico governamental”³³, aportando bilhões de dólares nos mercados.

Mas, contrariamente ao que se poderia pensar, que ao adotar um plano de salvamento o Estado retomaria o curso da economia e dos mercados, basta dizer que os mesmos dogmas que geraram a crise continuam sendo seguidos pelos defensores do turbocapitalismo.

³² SANTOS, Milton. 1992: *a redescoberta da natureza*, p. 8.

³³ SAYEG, Ricardo. *Capitalismo Humanista diante da crise global, na visão de 2012*, p. 43.

A propaganda negativa existente neste tipo de ação induz a sociedade a pensar que o comando do mercado não é do Estado, pois não foi demonstrado nenhum sinal de arrependimento, ou reconhecido o erro de cálculo, tampouco devolvido ao Estado qualquer aporte que ele tenha feito em meio ao caos. Além do mais, este tipo de postura denota que em situações de crise, é ele, o mercado, quem deve ser salvo. As empresas grandes demais para quebrar não podem se tornar externalidades, não podem perder.

É típico do turbocapitalismo efetivar este tipo de proteção ao mercado, vitimando-o. Os heróis são os consumidores. Este, sem dúvida, é um fardo pesado a se carregar: o medo de não ser vilão do assassinio da sustentabilidade econômica.

Milton Santos observa que a vida sob medo é fruto de uma artificial construção, uma fantasia que impõe um modelo de conduta fictício. Para ele “Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.”³⁴

Este sistema obriga os homens a continuarem consumindo, viciando-os por meio do que António José Avelãs Nunes classifica como “capitalismo de casino”³⁵, seja por uma certa imposição midiática, seja pela implícita e insustentável sensação de culpa que haverá de carregar todo aquele que nega seu compromisso social com o meio, com a sua comunidade, com o “seu” mercado.

Tudo isso fulcrado na ideia de liberdade, cuja palavra,

³⁴ SANTOS, Milton. 1992: *a redescoberta da natureza*, p. 8/9.

³⁵ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capitalismo, liberalismo, globalização*, p. 41.

embora pequena e de redação simples, é de difícil conceituação, dada a possibilidade de se admitirem diferentes formas de interpretação. Justamente por isso o mercado se organiza para vender uma crença de que os mercados livres garantem liberdade ao consumidor, e que ao consumir ele experimentará esta liberdade e os deleites do mercado livre.

Todavia, conforme Ha-Joon Chang, nenhum mercado é completamente livre. É como o percebemos que o faz ser mais ou menos livre. Segundo o autor, “alguns mercados só parecem livres porque aceitamos tão completamente as regulamentações que os sustentam que elas se tornam invisíveis”³⁶.

O império do mercado é algo mais ou menos aceitável entre os americanos. Tanto para perdedores, quanto para os ganhadores. As externalidades são mais bem aceitas, são consideradas fatos econômicos, e não sociais. Os ricos não têm problema em ser ricos, não se envergonham, não se escondem. Pelo contrário, são modelos para os demais cidadãos.

Porém, os ricos aceitam o império do mercado e utilizam um código ético muito peculiar que os afasta da possibilidade de ser julgados como sortudos ou oportunistas. Este código de conduta obriga os ricos a continuarem trabalhando, evitarem exposições desnecessárias e levarem uma vida comedida – em padrões elevados de consumo – mas sem aventuras financeiras que relacionem sua riqueza ao prazer ou à diversão. Noutras palavras, segundo o padrão turbocapitalista americano, a riqueza não pode ser ostentada, mas mantida a duras penas e pelo trabalho árduo.

Esta assunção dos americanos com os desígnios do destino tem origem na sua própria cultura protestante, que “[...] induz os norte-americanos a ver o desejo de tornar-se rico como bastante louvável, e o sucesso em fazer isso co-

³⁶ CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre capitalismo*, p. 24.

mo uma realização moral, já que é visto tanto como o resultado de um esforço sacrificial ao ganhar dinheiro quanto como o de uma contenção auto-anuladora ao gastá-lo”³⁷.

Maria Manuel Leitão Marques e Catarina Frade apontam que esta cultura se deve “[...] devido à sua atitude no lidar com o crédito, com o lucro e, em geral, com o dinheiro; o tratar-se de uma sociedade de emigrantes, ansiosos por começar de novo e deixar para trás as dívidas contraídas no velho continente [...]”³⁸.

O turbocapitalismo globalizou não só o acesso aos bens de consumo, a circulação do capital e os novos produtos financeiros, mas impôs aos países que o adotaram a americanização cultural, derrubando inclusive fronteiras da fé para estimular o pensamento protestante formador da cultura americana. Não importa como estas sociedades, recolonizadas pela dominação econômica, foram constituídas. Certamente, cada uma delas tem uma história e uma formação cultural diferente. Mas isto não importa. Aceitar o turbocapitalismo é negar suas características próprias. Negar o turbocapitalismo é se posicionar fora do eixo de desenvolvimento econômico. A decisão tem estes parâmetros.

Não é sem motivo a advertência de Milton Santos, de que a produção do consumidor antecede à produção dos bens e dos serviços, que resulta de um “despotismo do consumo” como circunstância do “império da informação e da publicidade”³⁹.

Há muito pouco de natural neste sistema binário de inclusão e exclusão. O sistema econômico produz intencionalmente exclusões, pois somente excluídos ameaçam os

³⁷ LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, p. 38.

³⁸ MARQUES, Maria Manuel Leitão e FRADE, Catarina. *Regular o Sobreendividamento*, p. 11.

³⁹ SANTOS, Milton. *As formas da pobreza e da dívida social*, p. 15.

incluídos a continuarem produzindo riquezas.

A eficiência produtiva, segundo o turbocapitalismo, não é alcançada num cenário sem desemprego, pois são eles, os perdedores, que fazem sombra aos empregados, os vencedores, e os impelem a aceitar empregos em condições cada vez piores e com salários cada vez menores⁴⁰. Este movimento tem ocasionado um reposicionamento da classe média. Aqueles que conseguem subir e se posicionar entre os ricos devem lutar para se manter neste padrão; os que ficarem entre os pobres, tomarão deles seus empregos e passarão a ser uma nova classe baixa. Os pobres, um mero detalhe neste realinhamento das estruturas sociais.

Segundo António José Avelãs Nunes, o capitalismo desenfreado que dominou o mundo nos últimos anos é uma ideologia desenvolvida com o intuito de beneficiar os Estados Unidos. O autor registra que “por volta de 2001, os dados disponíveis apontavam no sentido de que os EUA absorviam cerca de 80% da poupança mundial”⁴¹.

O risco por trás deste movimento é ressaltado por Boaventura de Sousa Santos, “[...] já que os valores, os artefactos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos, sejam eles o individualismo, a democracia política, a racionalidade económica, o utilitarismo, o primado do direito, o cinema, a publicidade, a televisão, a internet, etc.”⁴².

Dáí o posicionamento de Ricardo Sayeg quanto ao risco de se aceitar o imperialismo do mercado e sua força

⁴⁰ Segundo Milton Santos “Esta exclusão atual, esta produção de dívidas sociais e de pobreza obedecem a um processo racional, a uma racionalidade sem razão, a uma racionalidade que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações. Os excluídos são o fruto dessa racionalidade.” (SANTOS, Milton. *As formas da pobreza e da dívida social*, p. 12)

⁴¹ NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capitalismo, liberalismo, globalização*, p. 25.

⁴² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Globalização e as Ciências Sociais*, p. 45.

devastadora que não tem compaixão pelo diferente, não respeita culturas locais, tampouco aceita a ideia de regionalismo. Para o autor do capitalismo humanista

“[...] não podemos cair na armadilha de aplicar no Brasil a análise econômica do direito conforme a Escola de Chicago, pois sua implementação implicará um Estado liberal promotor de um liberalismo econômico sem os freios e calibragem sociopolíticos, provocando um desmantelamento das nossas, ainda inacabadas, contudo concretas, realizações dos objetivos fundamentais da República e das decorrentes conquistas políticas, sociais e culturais, ao arrepio do princípio constitucional implícito da proibição de retrocesso social, consagrado no art. 5º, inciso XLI, combinado com os arts. 3º e 6º, todos da Constituição Federal.”⁴³

A aceitação do turbocapitalismo como modelo vigente e irrefreável de economia é, segundo Milton Santos, a negação do próprio direito de cidadania, mas a busca hedonista de um prazer individual, promíscuo. Segundo o autor

“Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental que há entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. É certo que, no Brasil, sentimos menos, ou quase nada, tal oposição, porque em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes médias jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a querer apenas privilégios, e não direitos.”⁴⁴

O império do mercado, portanto, significa a imposição da vontade de consumo aos indivíduos, adotando um sistema binário de inclusão e exclusão, que tende a posicionar o consumir num dos polos a partir de suas “escolhas” desde que sejam compatíveis às do modelo ocidentalizado típico dos países turbocapitalistas.

⁴³ SAYEG, Ricardo. *Capitalismo Humanista diante da crise global, na visão de 2012*, p. 47.

⁴⁴ SANTOS, Milton. *As formas da pobreza e da dívida social*, p. 16.

O sistema liberal, que é o alimento do turbocapitalismo, anuncia a liberdade como o único meio, mas impõe o aprisionamento a uma estrutura de mercado desenhada pelo próprio mercado e a partir de seus pessoais e exclusivos interesses, subtraindo dos indivíduos o direito natural, inato, irrevogável, irrenunciável e indivisível de serem mais do que pessoas, de serem cidadãos do mundo.

V. CONCLUSÃO

O turbocapitalismo é, portanto, um capitalismo acelerado, uma potencialização do neoliberal e globalizado mercado econômico, com força para transformar o capital em apátrida e apagar do mapa as fronteiras que preservavam a história e a cultura dos povos.

A nova geografia econômica criou um novo “locus” na natureza, onde o espaço é relativizado não mais pelas características inatas do lugar, mas fruto de uma construção racional que impõe uma nova ética aos costumes e comanda novos rituais de comportamento à sociedade que lá pretende habitar.

O turbocapitalismo opera um sistema binário de poder-dever, justo-injusto, incluído-excluído, e oferece, sob o discurso disfarçado da liberdade, uma escolha para aquele que pretende habitar nestes novos cenários naturais.

As escolhas não são mais livres, baseadas numa avaliação das necessidades e comodidades efetivamente transformadoras da realidade individual. As escolhas são estandardizadas no sistema de inclusão/exclusão, oferecendo ao consumidor o sonho do pertencimento e identidade ao universo comum dos homens, o local em que os povos desenvolvidos, os ricos e os poderosos se encontram, mesmo que à distância, mesmo que digitalmente.

O medo fantasiado por alegorias de crises, caos, de-

sordem, perdas e miséria comove os antigos heróis do mundo a se encetarem no consumismo desenfreado, o hiperconsumismo, consumindo crédito e tornando real o sonho do outro, seja ou não em detrimento de pesadelos individuais como o superendividamento ou os transtornos obsessivos de compra.

O império do mercado suprime a vontade livre. A vontade espiritual de ter foi substituída por uma vontade condicionada, “globalitária”, isto é, que reúne os elementos irrefreáveis da globalização com os efeitos nefastos do totalitarismo⁴⁵.

A destruição criativa que impulsionaria o capitalismo no seu ideário original não é mais um processo de troca de técnicas e substituição de métodos por outros mais eficientes, mas na eliminação darwinista dos homens pelos próprios homens, como se fossem gladiadores que têm do consentimento despótico do soberano a anuência para continuar vivendo.

Assim, o turbocapitalismo propõe a destruição (nada) criativa do homem pelo próprio homem, retroalimentando-se deste método, usurpando dos indivíduos a própria condição de cidadãos, para torná-los apenas peças movidas sempre em direção ao consumo do racionalmente determinado.

⁴⁵ Segundo António José Avelãs Nunes “A globalização neoliberal, que alguns procuram fazer passar como uma pura consequência ‘mecânica’, automática, inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, deve antes ser entendida como um projeto político levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, como nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do pensamento único, assente nos dogmas do neoliberalismo.” (NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização*, p. 184)



V. BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- CASTILHO, Ricardo. Refundação do Direito Econômico sob a égide dos Direitos Humanos: o Capitalismo Humanista. In CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio e SANTIAGO, Mariana Ribeiro (org.). *Capitalismo Humanista e Direitos Humanos – estudos em homenagem aos Professores Ricardo Sayeg e Wagner Balera*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.
- CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre capitalismo*. Tradução: Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Poder Econômico e Gestão Orgânica, In _____; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fábio (org.). *Poder Econômico: direito, pobreza, violência, corrupção*. Barueri: Manole, 2009.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Civilização, Novas con-*

- ferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*, p. 54
- FRIEDMAN, Thomas L. *O Mundo é Plano: uma breve história do século XXI*, 2ª edição. Tradução: Cristiana Serra, Sérgio Duarte e Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Autopoiese no Direito na Sociedade Pós-Moderna*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- HENNIGEN, Inês. *Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social*, Revista Mal-estar e Subjetividade, vol. X, n. 4, Fortaleza: Universidade de Fortaleza, dez. 2010.
- HUNT, E. K. e SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Tradução: Jaime Larry Benschimol. 5ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1986.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Tradução: José Roberto O'Shea. São Paulo: Objetiva, 2007.
- LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*, Tradução: Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.
- MARQUES, Maria Manuel Leitão e FRADE, Catarina. *Regular o Sobreendividamento*. Disponível em <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MMLM2003.pdf>. Acesso: 20 mar. 2014.
- NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capitalismo, liberalismo, globalização*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- NUSDEO. *Introdução ao Direito Econômico*. 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- SANTOS, Milton. *1922: a redescoberta da natureza*, São

- Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1992.
- SANTOS, Milton. As formas da pobreza e da dívida social. *In Momento Nacional (textos)*. Brasília (DF): Secretaria Nacional – CNBB, 1999.
- SAYEG, Ricardo Hasson. Capitalismo Humanista diante da crise global, na visão de 2012. *In CAMPELLO, Lúvia Gaigher Bósio e SANTIAGO, Mariana Ribeiro (org.). Capitalismo Humanista e Direitos Humanos – estudos em homenagem aos Professores Ricardo Sayeg e Wagner Balera*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.
- _____ e BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: filosofia humanista de Direito Econômico*. Petrópolis: KBR, 2011.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Volume II. Tradução: Luiz João Baraúna. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SHETH, Jagdish; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce. *Comportamento do Cliente: indo além do Comportamento do Consumidor*. Tradução: Lenita M. R. Esteves. Revisão Técnica: Rubens da Costa Santos. São Paulo: Atlas, 2001.